

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE**

--- Aos vinte e oito de dezembro de dois mil e quinze reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS); Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS); Guida Maria Barcelos Martins (PS); José Gabriel Pereira Oliveira (PS); José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Manuel Nélio Vicente Pereira (PS); Marco Nuno Franco Freitas (PS); Micaela Gomes Camacho (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Pedro Filipe da Silva Marques (BE); Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Maria Mota Marques Ferreira (PAN). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Filomena Maria Teixeira Gonçalves; Gonçalo Nuno Pimenta Camacho; José Maria Abreu Barros; Lino Ricardo Silva Abreu. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV** – Herlanda Maria Gouveia Amado; Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues e José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – António Domingos de Sousa Abreu; Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; Carlos Miguel Encarnação Gonçalves; José António Freitas Rodrigues; Luís Miguel Moura Sousa; Marco Alexandre R. P. Fernandes; Maria Idalina Fernandes Silva; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Raquel João Martins da Silva; Robert Miguel Andrade de Castro; Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira; Rui Alberto Garanito Santos; Rui Nuno Barros Cortez e Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira; Donato Paulo Vares Macedo e



Eduardo Pedro Welsh.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Énio Dionísio Vieira Martins, José Manuel Sousa Rodrigues, Bruno Miguel Camacho Pereira, Paulo Alexandre Atouguia Aveiro e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus.-----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

**1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:** -----

**1.1. A Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins,** eleita pela GMM, indicada pelo BE, foi substituído por Pedro Filipe da Silva Marques. -----

**1.2. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes da Silva,** eleito pelo PCP/PEV, foi substituído por José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

**1.3. O Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituída por Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

**1.4. O Deputado Municipal Carlos Alberto de Freitas de Andrade,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituída por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

**1.5. O Deputado Municipal Américo João da Silva Dias,** eleito pelo CDS/PP, foi substituído por José Maria Abreu Barros. -----

**1.6. O Deputada Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes,** Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, eleito pelo GMM, indicado pelo PS, foi substituído por Marco Nuno Franco Freitas. -----

**1.7. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes,** Presidente da Junta de Freguesia

de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por Robert Miguel Andrade de Castro.

**2. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO:** -----

**2.1. O Deputado Municipal Carlos Alejandro da Câmara Figueira**, eleito pelo GMM, indicado pelo PTP, foi substituído por Sérgio Juvenal Jesus Abreu, indicado pelo PS, no período de dezassete de dezembro de dois mil e quinze a dois de janeiro de dois mil e dezasseis. -----

**3. EXPEDIENTE:** -----

**3.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia:** -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: ---

- Cerimónia de Homenagem a José António Gonçalves, que se realizou no dia dezanove de novembro de dois mil e quinze. -----
- Inauguração das obras de requalificação do Mercado Municipal da Penteada, que se realizou no dia trinta de novembro de dois mil e quinze. -----

- A SocioHabitaFunchal, E.M enviou um convite para: -----

- Um desfile de moda da Loja Social – “Botão Solidário”. -----
- Mostra de trabalhos executados pela “Oficina Solidária”. -----
- Exposição fotográfica intitulada “renascimento – Visões do Matadouro do Funchal”,

que se realizou no dia vinte de novembro de dois mil e quinze. -----

- A PORTA 33 enviou um convite para UMA CONVERSA SOBRE O “JORNAL COR-DE-ROSA”, que se realizou no dia vinte de novembro de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos e o Senhor Comandante Operacional da Madeira, Major General Marco Serronha, enviaram um convite para participar na Iª Conferência de Segurança e Defesa, que se realizou nos dias vinte e sete e vinte e oito de novembro de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro enviou um convite para as



festividades do evento “bolo de mel gigante”, que se realizou no dia doze de dezembro de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque enviou um convite para a inauguração do Mega Presépio, que se realizou no dia dezoito de dezembro de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António enviou um convite para a inauguração da exposição “Mostra de Pintura” de Noé Cró, que se realizou no dia dezoito de dezembro de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho enviou um convite para a inauguração do Parque Infantil e Zona Wifi junto à Junta de Freguesia, que se realizou no dia dezoito de dezembro de dois mil e quinze. -----

#### **4. PEDIDOS DE INTERVENÇÃO REENCAMINHADOS À CMF: -----**

##### **4.1. Do PCP/PEV: -----**

- Pedido de resolução do problema de segurança de árvore seca no Complexo Habitacional das Romeiras. -----

- Pedido de apoio na resolução da dificuldade de deslocação de Humberto dos Ramos Fernandes. -----

- Pedido de reavaliação de notificação enviada a Maria Inês Pestana. -----

- Pedido de apoio habitacional de Edna Maria Abreu Pereira. -----

#### **-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----**

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao Período da Ordem do Dia, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Um - Proposta de Empréstimo de curto prazo para o ano de 2016, em observância do disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º e da al. f) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09** o qual passou a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que

começou por apresentar o seguinte: "Este ponto que vamos votar é em relação à análise do crédito de apoio à tesouraria de curto prazo, portanto é um empréstimo que todos os anos é feito. -----

Este ano mantemos os 3 milhões de euros para o crédito para o ano de 2016, devo dizer que mais à frente vamos votar um orçamento retificativo por causa do crédito que fizemos para este ano que não foi utilizado. Portanto, isto acaba por ser um crédito de apoio à tesouraria para fazer face a eventuais necessidades, nomeadamente com algumas assimetrias ou a sazonalidade das receitas não ser síncrona com a sazonalidade das despesas. -----

Desta proposta foi vencedor o Banco Santander com spread de 0,94% pela primeira vez indexado à Euribor seis meses, uma vez que o indexante tradicional não recolheu qualquer proposta numa primeira fase. Recordo que este assunto já tinha sido objeto de inscrição na última Assembleia Municipal e teve que ser adiado para esta, precisamente por os créditos com indexantes à Euribor de prazos inferiores, encontrarem-se negativos e os bancos convidados não terem apresentado propostas. Portanto, trazemos à votação esta proposta de adjudicação ao Banco Santander Totta do crédito de 3 milhões de euros pelo spread de 0,94%". -----

--- Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o Senhor Presidente da Assembleia passou à **votação** do mesmo, que foi **aprovado por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo quinze do GMM, dez do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três dos Deputados Independentes.** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou ao **Ponto Dois - Proposta de Empréstimo de médio e longo prazo para o ano de 2016, em observância do disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º e da al. f) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, passando este, novamente, ao**

**Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que explicou: “Este é um empréstimo de médio e longo prazo em que foram consultados todos os bancos que trabalham com o Município do Funchal, tais como: o Santander, a Caixa Geral de Depósitos, o BPI, o Millenium, o BANIF, o Novo Banco e o Montepio Geral. -----  
Portanto, foram consultados estes seis bancos a apresentar uma proposta para o financiamento de 10 milhões de euros, financiamento de médio e longo prazo ao investimento, investimento esse que já foi aqui falado e discutido na altura de discussão do Orçamento e Plano para 2016. -----  
Este empréstimo também atrasou-se devido ao facto de ter sido consultado com indexante Euribor de seis meses. Porque acontece que desde o início deste ano, a Euribor de seis meses estava em valores positivos e neste momento está em valores negativos. Pelo que os bancos informaram em sede de contratação pública, que não podiam apresentar propostas com indexante a seis meses, assim, solicitaram a alteração do prazo para a Euribor de doze meses, que foi objeto também de ratificação dessa solicitação em reunião de Câmara. -----  
Dados os novos prazos de acordo com o Código de Processo Administrativo, e trazido então novamente à reunião de Câmara depois de termos obtido três propostas. Sendo a primeira a do Novo Banco que não reuniu as condições para poder apresentar uma proposta, a segunda foi do Sindicato Bancário composto por quatro Bancos: a Caixa Geral, BPI, Millenium BCP e o BANIF, com um spread de 3%. A proposta vencedora foi a do Banco Santander Totta, que hoje em dia já é proprietária do BANIF, com um spread de 2,24% indexado à Euribor doze meses. -----  
Portanto, é um empréstimo que tem uma maturidade de vinte anos no máximo, tem dois anos para a sua utilização, logo teremos o ano de 2016 e 2017 para poder utilizar o montante do capital agora contratado naquelas áreas que foram faladas na altura do

orçamento, nomeadamente a Habitação Social, as Infraestruturas e Projetos com Financiamento Comunitário, assim são vinte anos o prazo de maturidade. -----

Basicamente o que nós estamos a fazer é a autorizar a contratação deste empréstimo à luz daquilo que foi o procedimento da contratação pública". -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

**1 - O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** em relação àquele empréstimo de médio e longo prazo, disse que já há um ano atrás que o CDS/PP vinha reivindicando a necessidade de fazer obras no Concelho do Funchal, e para isso logicamente que havia necessidade de financiamento. -----

Também têm vindo a constatar que houve por parte daquela Câmara, a necessidade de primeiro baixar o seu passivo financeiro, para agora chegar ao momento de ir à banca novamente e endividar-se para investir. Por isso, regozijam-se e acham que em termos financeiros foi uma boa gestão daquela Câmara. -----

Porém, acham que o período de dezoito anos percorridos, para além do período de investimento, que veem nas condições de financiamento, é um prazo longo. E embora sabendo que é um empréstimo de médio e longo prazo, gostariam de ver que este empréstimo fosse pago num período máximo de quinze anos. Como por exemplo, aquilo que já se vê no Governo Regional, em que não estão a permitir que os empréstimos sejam para além dos quinze anos. -----

Quanto à taxa, a possível, atendendo que só houve apenas dois concorrentes. -----

Concluiu dizendo que gostariam de saber: -----

- Quais são as grandes obras que vão ser feitas? -----

- Quais são os setores que vão ser beneficiados com aquele empréstimo nos próximos dois anos? -----

- Quais são as grandes áreas de investimento? -----

**2 - O Senhor Deputado Municipal Pedro Filipe da Silva Marques, do GMM** transmitiu:

“O BE do GMM quer saudar a Câmara Municipal por esta iniciativa de pedir um empréstimo de 10 milhões de euros, sendo 2 milhões para o cofinanciamento comunitário, 3 milhões para infraestruturas nas zonas altas de todas as freguesias e 5 milhões para habitação, que é possivelmente o maior problema que temos no Concelho do Funchal e que foi ao longo dos anos ignorado pelo antigo Executivo camarário e pelo Governo Regional. -----

O BE debateu-se durante anos para que o problema do amianto fosse resolvido, mas foi sempre rejeitado pelos direitistas que colonizavam a Câmara. -----

É por situações como estas que vemos que a Mudança veio fazer a diferença e o PPD/PSD levou um cartão vermelho por parte dos Funchalenses, passando a ser uma oposição fraca, sem propostas, negativa e sobretudo sem pôr os interesses dos Municípes em primeiro lugar. -----

É uma dívida necessária contraída pela CMF, mas sabemos que será paga tal como temos pago as dívidas deixadas por quem não soube gerir os destinos do Município. -----

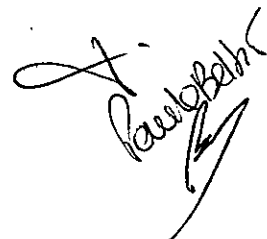
Também sabemos que será bem empregue e com transparência, ao contrário de anos anteriores à Mudança onde tudo era muito turvo e duvidoso. -----

Se o PPD/PSD fosse ao terreno sujar os seus sapatinhos de verniz veria as condições desumanas em que muitas famílias se encontram, tal como o BE tem presenciado. -----

A habitação no Funchal é uma situação gritante e só quem não quer ver estas situações resolvidas, é que fará parte da abstenção ou votará contra”. -----

- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** respondeu ao Senhor Deputado Lino Abreu: “O prazo de 20 anos é o prazo máximo que nos permite o atual regime financeiro das Autarquias Locais. De facto, poderia ter sido optado por um prazo inferior e seria a consequência natural caso o concurso para o prazo de 20 anos tivesse ficado deserto, e não foi isso que aconteceu. -----





Este empréstimo também prevê o pagamento antecipado sem quaisquer penalizações para a Câmara, portanto o encurtar do prazo fica sempre do lado da Câmara, agora por uma questão de prudência e para poder planificar melhor o serviço da dívida achamos que de facto devemos utilizar tudo aquilo que a legislação nos permite, para ter um financiamento que possa ser sustentável ao longo do tempo. -----

Em relação à segunda questão que é se teremos capacidade de fazer face aos encargos do serviço da dívida com este novo empréstimo, devo-lhe dizer que em 2016 terminamos de pagar um empréstimo que onera o Município em 400 mil euros ano, e em 2017 outros dois empréstimos que no seu valor total representam para o serviço da dívida anual 1,7 milhões de euros, ou seja, no final de 2017 o serviço da dívida será inferior ao atual em 1,7 milhões de euros. O que significa que estes 500 mil euros que agora estamos a contratar, ainda ficaremos com o serviço da dívida inferior em 1,2 milhões de euros de 2017 em diante. Ou seja, parece-me que explica sumariamente aquilo que é a nossa capacidade de fazer face às prestações deste empréstimo. -----

Em relação àquilo que já foi discutido em sede de Orçamento, já tive a oportunidade de dizer que este empréstimo será para habitação social, nomeadamente para resolver a questão do amianto, para a construção de algumas infraestruturas entre rede viária, de saneamento e rede de águas e também de alguns projetos que nós estamos a submeter neste momento a Fundos Comunitários a comparticipação do Município, nomeadamente àqueles que dizem respeito à eficiência ou à economia de recursos, que são instrumentos reembolsáveis e a comparticipação não é certa que seja 85%, depende do modelo que esteja associado a esse projeto. -----

Como tal, posso dar o exemplo do projeto de recuperação de perdas de águas no Município do Funchal, em que todo o financiamento comunitário é estabelecido em função dos proveitos que terão para o Município esse investimento, ou seja, quanto maior for o proveito




maior será o financiamento, sendo que esse financiamento é reembolsável também em sede de POSUR”. -----

- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** começou dizendo: “Antes de pedir dois esclarecimentos ao Senhor Vereador Miguel Gouveia, queria dizer que esta é das reuniões que vale a pena guardar a Ata, porque será para memória futura de certeza lembrada e utilizada como a reviravolta na política desta Coligação. --- Porque pela primeira vez e chegados ao poder começaram apenas por criticar o passado, dizendo que havia dívida para pagar, obras por concluir, empréstimos por liquidar e PAEF’s por regularizar e que a vossa política seria contrária à nossa, e passados vinte e quatro meses temos finalmente aqui a proposta a aprovar um empréstimo, que como já referiu vai deixar de certeza dívida à Câmara seguinte e às que vierem, vai afinal aumentar o passivo da Câmara e afinal agora passa a ser importante fazer obra e contrair dívida. -----

O primeiro pedido de esclarecimento que lhe peço, é o que é que se alterou para mudarem a vossa política? São as eleições que estão a começar a aproximar-se, ou apenas ceticismo político que de repente alteram e passam a ser uns troca-tintas que chegados ao poder dizem uma coisa, depois de começarem a governar dizem outra completamente diferente? Nós já sabemos como é que muitas vezes a política se faz, fica aqui registado e vou guardar esta Ata para poder compará-la com as Atas das primeiras sessões desta Assembleia em que atacavam a dívida, o endividamento, as obras, o investimento e o investimento na habitação que diziam que era esse o problema do passivo da Câmara que tinham deixado dívida para a Câmara seguinte. -----

Os Senhores vão deixar dívida para pelo menos quatro mandatos porque estamos a contrair uma dívida a vinte anos. -----

O segundo pedido de esclarecimento é que continuamos a passar um cheque em branco, nós não somos, como sabem, contra o investimento e o endividamento que é possível



pagar e que tem cabimento, foi o que sempre defendemos, foi o que sempre me ouviram dizer e agora é a vosso favor que o digo. Podemos ter endividamento, é sempre positivo desde que o possamos pagar, como é o caso natural deste empréstimo, agora continuamos a passar um cheque em branco porque na prática continuamos sem saber para que será investido. Não conhecemos os projetos comunitários a que se vão candidatar, não conhecemos os projetos na habitação que serão concretizados, não conhecemos daquela lista de obras infundável, e muitas delas sem sequer estar valorizada, o que é que pretendem concretizar, e não é com o documento que hoje nos apresentam que ficamos esclarecidos”.

- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** esclareceu o Senhor Deputado Rui Cortez: “Folgo muito em saber que guardará esta Ata e acho que se calhar até deverá emoldurá-la, para que possa perceber a diferença entre aquilo que é contração de dívida para investimento e aquilo que é contração de dívida, como foi o caso do PAEL, do PRED, do Pagar a Tempo e Horas ou dos Acordos de Pagamentos de despesa corrente em atraso que não têm reflexos no ativo da Câmara. -----

Foi dívida contraída de 23 milhões de euros só nos Acordos de Pagamentos, de 28 milhões de euros no PAEL, de 8 milhões de euros no PRED e de 10 milhões euros no Pagar a Tempo e Horas, portanto a conversão da dívida de despesa corrente em dívida financeira, estamos a dizer que deixaram por pagar a água, a luz, os resíduos, logo estamos a falar de despesa corrente que não ficou nada no ativo, valor acrescentado criado para a Câmara. - Neste empréstimo que aqui está, que também já foi feito no passado, em 2008 por exemplo, foi contraído um empréstimo de 10 milhões de euros na altura também não foi contraído como um cheque em branco, tanto não foi que ainda ficou por utilizar desse empréstimo que tinha um prazo de 5 anos de utilização 1,4 milhões de euros, esse sim um empréstimo de financiamento para investimento e esse sim com reflexos claros no ativo. -----

Permita-me também corrigir uma afirmação sua, que isto significa um aumento do passivo

da Câmara. Como sabe no ano passado aquilo que foi aqui dito é que nós não fomos pela assinatura do PAEL aumentar o passivo da Câmara, por isso que a nossa capacidade de endividamento apesar de ser de 25 milhões de euros, pedimos um empréstimo de 10 milhões de euros, porque o nosso pagamento de dívida anual cifra-se em 12 milhões de euros, entre o serviço da dívida que são 8 milhões de euros e os pagamentos destes empréstimos de despesa corrente, que são sensivelmente de 4 milhões de euros / ano, portanto são 12 milhões de euros que nós estamos a abater de dívida por ano. -----

Ainda que se conseguisse executar todo o empréstimo no próximo ano teríamos uma redução de passivo ou de dívida, de 2 milhões de euros no ano de 2016. Assim, aquilo que disse, como vê não é verdade, nós não estamos a aumentar o passivo nem o poderíamos por imposição daquilo que foi assinado no PAEL. -----

Em relação àquilo que referiu, que este empréstimo acaba por ser um cheque em branco, obviamente não é um cheque em branco porque são 10 milhões de euros a utilizar, mas a sua utilização não se furta de todos os procedimentos da contratação pública e de todos os procedimentos que existem no próprio orçamento. E esta Assembleia também terá que ser chamada a se pronunciar nas obras que forem lançadas com este empréstimo, podendo e devendo fazer exercer o seu papel de fiscalizador. -----

Porque não há aqui nenhum cheque em branco, nós simplesmente nos limitar-nos-emos a cumprir aquilo que é a lei, quer a nível de contratação pública, quer a nível de gestão orçamental, nomeadamente com a inclusão destas obras no orçamento que já foram amplamente discutidas em sede de discussão do orçamento". -----

- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** voltou a pedir um esclarecimento ao Senhor Vereador Miguel Gouveia, porque não ficou esclarecido: ---

- Ficaram sem saber em concreto aquilo que será investido, nomeadamente em relação à verba destinada aos fundos comunitários: a que projetos se querem candidatar, que

*Rui Cortez*

projetos preveem ser aprovados, que projetos preveem ter a maior probabilidade de poderem ser aprovados ou não, que projetos e ideias têm para a Cidade e que projetos querem ver aprovados. -----

Em relação à questão da dívida e criação de ativo, disse que o Senhor Vereador está a baralhar empréstimos para obras com empréstimos de PAEL para pagar dívida. -----

Pois estava a referir-se aos ativos que criavam e que a oposição naquela Câmara sempre criticou, porque qualquer tipo de investimento que fizessem, para criar ativos ou não, eram criticados porque iam deixar dívida, porém como agora estão no poder já se pode fazer e estão de acordo. -----

**- O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** voltou a esclarecer o Senhor Deputado Rui Cortez, dizendo ser esta a forma correta de se financiar para investir e de criar ativo. Porque quando não temos essa verba disponível no nosso orçamento pedimos e utilizamos para criar ativo. -----

Em relação à primeira questão, respondeu que existe de facto uma bateria de vinte projetos que já foram inclusive submetidos ao IDR, para efeitos de mapeamento das dotações orçamentais e que virão ali para ser objeto de votação, desde a área de gestão de resíduos, de sistemas de mitigação de perdas de águas, projetos de tratamento de águas residuais e projetos na área da cultura. Existem também projetos que neste momento estão concluídos, nomeadamente o da intervenção na rede de águas com andares de pressão, e estão à espera que o aviso seja aberto para poder ser submetido. Caso isso não aconteça nos próximos dois anos, é parte do empréstimo que não vão poder utilizar. -----

**- Votação do Ponto Dois - Proposta de Empréstimo de médio e longo prazo para o ano de 2016, em observância do disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º e da al. f) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com quarenta votos a favor, sendo dezasseis do GMM, treze do**

**PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três dos Independentes.** -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**1 - O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** declarou:

“Senhor Presidente nós naturalmente votamos a favor deste empréstimo porque como já disse, nós defendemos que as cidades só podem evoluir e desenvolver-se com investimento, os tempos vão-se modernizando e atualizando e há sempre investimento que é preciso ser substituído ou novos investimentos que carecem ser iniciados. -----

E pela primeira vez vamos aprovar um investimento, que desde há quinze anos que eu sou Deputado Municipal, não vamos ouvir falar em favorecimentos a grupos económicos, em criação de dívida para os presidentes que se sucederem, em criação de dívida que não se pode pagar, em aprovar valores que não sabemos para o que é que vamos gastar, em jogadas por debaixo da mesa, é a primeira vez que vamos aprovar um investimento nesta Câmara sem ouvirmos estes epítetos, sem sermos apontados e sem ser visto qualquer lado negro nem qualquer ponto negativo no investimento. -----

Registamos, e mais uma vez digo que ficará guardada esta Ata para memória futura, veremos quando e se voltarmos a ser governo nesta Câmara que posição é que os senhores, se forem vocês ou outros, terão quando nós aqui trouxermos para aprovação investimentos iguais”. -----

**2 - O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** proclamou que depois de dois anos a arrumar a casa e a pagar dívida de uma herança pesada em que se gastou sem olhar para futuro, acabaram de aprovar um empréstimo para um investimento possível em que está plasmado o programa da Coligação e que os funchalenses sufragaram nas últimas eleições autárquicas. -----

--- Passando para o **Ponto Três - 3ª Revisão Orçamental – Ano Económico de 2015, em observância do disposto na al. a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, o**

Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que passou novamente para o **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que elucidou: "Em primeiro lugar gostaria de explicar o porquê de estarmos a votar duas Revisões Orçamentais e não uma só como obviamente poderia ter vindo numa só. -----

Foram votadas em reuniões de Câmara diferentes por isso têm que vir cá como pontos separados, e a segunda, que vamos votar já a seguir, foi algo que surgiu de uma forma que não partiu da iniciativa do Município, tendo que ser assim votado separadamente. -----

Em relação a esta que estamos a votar, a Revisão Orçamental é retirar do orçamento da despesa e do orçamento da receita, o empréstimo de curto prazo de apoio à tesouraria que não foi utilizado neste corrente ano. -----

Como tal, estamos a optar por retirar como prática de boa gestão orçamental, para poder também refletir aquilo que tem sido a utilização dos empréstimos no próprio instrumento provisional que é o orçamento". -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto Três - 3ª Revisão Orçamental – Ano Económico de 2015, em observância do disposto na al. a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09** à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade, com quarenta e um votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três dos Independentes.** -----

- O **Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** fez uma interpelação à Mesa dizendo se não se devia aprovar o último Ponto, a Alienação da Quota na Sociedade, antes de aprovar o orçamento retificativo sobre essa alienação? -----

- O **Senhor Presidente da Assembleia** para lhe responder e justificar a sequência dos Pontos na Ordem de Trabalhos, deu a palavra ao Senhor Vereador Miguel Gouveia. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** objetou e questionou se é o Senhor Vereador que explica a organização da Assembleia?--



--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** sugeriu que o Senhor Vereador explique e justifique ao Presidente da Assembleia e este depois transmita esse esclarecimento. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** justificou que para a alienação ser aprovada tem que ter uma rubrica aberta no respetivo orçamento, e essa rubrica só vai ser aberta mediante a aprovação da revisão orçamental, como tal, a alienação só poderá ser aprovada posteriormente. -----

--- Uma vez feito o esclarecimento o Senhor Presidente da Assembleia passou ao **Ponto Quatro - 4ª Revisão Orçamental – Ano Económico de 2015, em observância do disposto na al. a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09**, que foi repetidamente apresentado pelo **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**: "Agora com propriedade de explicar o porquê desta Revisão Orçamental, quando fazemos um Orçamento não criamos todas as rubricas no Orçamento, todas as que o POCAL prevê, senão teríamos um conjunto delas que a Câmara não tem qualquer fluxo financeiro nessas rubricas. Abertas a zero, seria um infundável rol de classificações económicas sem qualquer dotação financeira ou entrada ou saída no orçamento da despesa e da receita conforme seja. -----

Portanto, neste caso o que estamos a fazer é a propor, e quem tem essa competência é a Assembleia, uma alteração ao Orçamento Retificativo, a criar aquela rubrica que aquando da aprovação do Orçamento 2015 não foi aberta. Normalmente não é aberta porque não se prevê alienação de partes sociais, de participações de empresas que a Câmara tem, nomeadamente na Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento. -----

Logo, ainda que depois se venha a votar favoravelmente ou a reprová-la a alienação da empresa, é preciso criar esta dotação para que ela possa ter reflexos no Orçamento. A ser aprovado encaixa nesta rubrica por isso que tem de ser votado antes da alienação da





participação social na Sociedade Metropolitana”. -----

--- De seguida passou-se à votação do **Ponto Quatro - 4ª Revisão Orçamental – Ano Económico de 2015, em observância do disposto na al. a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com quarenta e um votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três dos Independentes.** -----

--- Não havendo declarações de voto o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Cinco - Contrato de Financiamento sob a forma de Abertura de Crédito, em observância do disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º e da al. k) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09,** o qual voltou a dar a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia:**

“Este Contrato de Financiamento foi candidatado pela Câmara Municipal do Funchal ao IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, para poder reabilitar um edifício de três andares situado na Rua dos Barreiros que faz interseção com a Rua de Santa Maria, na Zona Velha da Cidade, que pertence à CMF e que reúne todas as condições estabelecidas no IHRU para poder ser elegível para este tipo de financiamento. É um financiamento até 56 mil euros, portanto é de 50% do valor da obra que a Câmara viesse a fazer, o valor global do investimento pode ascender a 112 mil euros. -----

No fundo estamos a solicitar o financiamento do IHRU para poder com condições bastante vantajosas do ponto de vista de financiamento, poder reabilitar aquele edifício na Zona Velha”. -----

--- Não havendo mais inscrições o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação do **Ponto Cinco, o qual foi aprovado por unanimidade, com quarenta e um votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três dos Independentes.** -----



- Para apresentar o **Ponto seis - Proposta de deliberação da alienação da participação social detida pelo Município na Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento S.A, em observância do disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º e da al. n) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09**, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por explicar que aquele é um ponto que já foi abordado há algum tempo, entre o Executivo Camarário e a Secretaria Regional das Finanças do anterior e do presente Governo Regional, naquilo que foi a participação da Autarquia na Assembleia da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento e da preocupação pela situação financeira da mesma. -----

Pelo que, afigura-se-lhes ser o timing certo para a alienação por um valor simbólico de um euro do investimento em termos de capital, pois estão a falar de cerca de duzentos mil euros da Câmara Municipal à altura, assim parece-lhes que esta é uma solução que satisfaz ambas as partes. -----

Porque do ponto de vista estratégico não sentem, enquanto Câmara Municipal, qualquer vantagem em termos de participação social naquela Sociedade. Seja por parte daquilo que são os investimentos que agora não existem, seja por aquela Sociedade Metropolitana não ter acrescentado grande coisa à Cidade do Funchal. -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** expôs o seguinte: “Já alguém hoje aqui falou da importância da gravação e depois da transcrição em Ata das posições, que concordo plenamente e acho fundamental. -----

E é fundamental termos memória porque é que chegamos aqui, porque é que este Município investiu 200 mil euros e agora vai alienar por 1 euro a sua participação social na Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. -----

Num historial muito rápido, estas Sociedades foram criadas para fugir à legislação em vigor

que apertava e limitava o endividamento do Governo Regional. Aliás, muitas das dúvidas surgidas com estas Sociedades de Desenvolvimento nunca foram esclarecidas na Assembleia Legislativa Regional. -----

No final de 2011, nós assistíamos a uma dívida de 613 milhões de euros, em que 537 eram avales do Governo Regional, 93% dos empréstimos com recurso ao aval do mesmo, eram contraídas para estas Sociedades de Desenvolvimento. -----

Em 2012 o Governo Regional transformou a dívida de curto prazo em longo prazo, hipotecando o futuro dos orçamentos regionais e dos futuros executivos regionais. Sublinhe-se, que estas Sociedades de Desenvolvimento em 2004 já configuravam uma falência técnica de acordo com o artigo 35º do Código das Sociedade Comerciais. Curioso é que nenhum governante do executivo regional, nem nenhum dirigente do partido que suportou esta estratégia de endividamento e de falência destas sociedades, veio pedir desculpa aos madeirenses e admitir a falência desta estratégia. -----

Além disso, o Tribunal de Contas chamou a atenção várias vezes para este novo modelo empresarial que não era viável com a criação e manutenção de empresas sem viabilidade económica, de desequilíbrio financeiro que podia originar sucessivas e consecutivas transferências financeiras dos governos públicos para as Sociedades de Desenvolvimento. O recurso destas empresas como meio de contornar determinados requisitos legais em vigor, segundo o Tribunal de Contas não poderiam ter um tratamento privilegiado relativamente às restantes empresas do respeito do mercado, impedindo e falseando a livre concorrência. E quem fala tanto na livre concorrência depois acaba por matar na realidade o mercado e o tecido comercial económico. -----

Foram cerca de 60 milhões de euros de investimentos que geraram 170 postos de trabalho, exemplo com apenas 170 milhões de euros de apoio às empresas. -----

Apoio efetuado pelo Governo Regional no âmbito dos programas de apoio a este mesmo



tecido empresarial, entre os anos de 2000 e 2006, foi possível com 493 milhões de euros de investimento, criar 5.200 postos de trabalho. -----

A pérola e o exemplo mais vivo destas políticas de endividamento, não criando postos de trabalho nem criando infraestruturas que sejam mais-valias para a Região, é a Marina do Lugar de Baixo na Ponta do Sol, que já custou aos contribuintes madeirenses 120 milhões de euros. Com a dimensão e as características desta Marina, técnicos e pessoas entendidas na matéria, dizem que não poderia custar mais de 15 a 20 milhões de euros, portanto nós temos aqui um exemplo vivo de uma má gestão e de medíocres opções. -----

Aliás, estas Sociedades de Desenvolvimento serviram para criar 70 restaurantes a maior parte dos quais se encontram encerrados. -----

Provocou que durante 18 anos, o Orçamento Regional terá que dispensar 70 milhões de euros para o pagamento destas aventuras das Sociedades de Desenvolvimento. Embora haja quem venha aqui propalar as questões do não aproveitamento dos fundos europeus por parte das Sociedades de Desenvolvimento, que no relatório do Tribunal de Contas diz e sublinha que somente 6% destes investimentos contaram fundos europeus. -----

As Sociedades de Desenvolvimento não resolveram as questões fundamentais de coesão territorial da Região Autónoma da Madeira, segundo o Instituto Nacional de Estatística, a Região em termos de coesão territorial encontra-se no antepenúltimo lugar no universo de 30. -----

Doze anos decorridos da constituição da primeira sociedade basta lembrar, que a dívida da Região Autónoma da Madeira em 1998 era de 500 milhões de euros e que foi saldada na íntegra pelo Governo da República, presidida pelo Engo. António Guterres, os valores astronómicos de dívida que deixaram aos contribuintes madeirenses é de 700 milhões de euros. Além disso, a Banca e os Bancos, na altura, deixaram de apoiar o tecido Empresarial para de uma forma confortável apoiar as Sociedades de Desenvolvimento que



tinham o aval do Estado, neste caso do Executivo Regional, deixando de apoiar os empresários e as pessoas que queriam investir e criar postos de trabalho. -----

Portanto, as Sociedades de Desenvolvimento é sem dúvida alguma, um exemplo de má gestão, de péssimas opções, de encargos acumulados que serão pagos por futuras gerações, de um truque para fugir à legislação em vigor e se poder endividar e que não criou qualquer riqueza para a Região Autónoma da Madeira. -----

Na verdade, o que as Sociedades de Desenvolvimento fizeram foi contrair dívida, aliás como deixaram também esta Casa, o Município do Funchal, astronómicas, pesadas heranças que será o futuro da Região que terá que as saldar e terá que as resolver". -----

--- Não havendo intenção de intervenção do Executivo passou-se à Votação do **Ponto seis**

**- Proposta de deliberação da alienação da participação social detida pelo Município na Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento S.A, em observância do disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º e da al. n) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, sendo o mesmo aprovado por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três dos Independentes.** -----

**ENCERRAMENTO:** -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo onze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia antes de dar por encerrada esta sessão, desejou a toda a Vereação, a todos os Senhores Deputados Municipais e a todo o público presente, a continuação de umas Boas Festas e um Novo Ano cheio de sucessos pessoais e profissionais, e agradeceu a todos toda a colaboração recebida no ano que passou no desempenho das suas funções e no desenrolar daquela Assembleia. -----

